

ACTA N.º 17

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 29 DE JUNHO DE 2006:-----

----- No dia vinte e nove de Junho do ano dois mil e seis, nesta cidade de Mealhada, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, e com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro, e dos Senhores Vereadores, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco, Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques. ----- Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia, coadjuvada pela Técnica Superior de 1ª Classe, Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14,30 horas, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- 1) O Senhor Vereador António Franco informou os eventos desportivos realizados no Concelho, tendo referido que os mesmos têm sido reconhecidos pela sua qualidade, por todos os intervenientes e até por órgãos de comunicação social a nível nacional. Mais informou, que no dia 15 e 16 de Julho irá realizar-se o Campeonato Nacional de Nataçao Sincronizada organizado pela Federação Portuguesa de Nataçao com o apoio da Câmara Municipal da Mealhada. -----
- 2) O Senhor Vereador Breda Marques, referiu que há umas semanas atrás pediu à Câmara Municipal que lhe fosse facultado elementos do Regulamento do Centro de Estágios do Luso e gostaria de saber se o referido regulamento já foi elaborado, tendo o Senhor Vereador António Franco referido que ainda está em análise e julga-se que esteja pronto a curto prazo. -----
- 3) O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, para perguntar ao Senhor Presidente se há algum dado novo sobre os Viveiros Florestais. -----
- 4) Referiu ainda, que o Hóquei tem tido um papel importante na parte desportiva, no Concelho, na Região e até no País, e tendo conhecimento que o Dr. José Vigário, ao fim de 20 anos, deixou de pertencer à Direcção do Hóquei Clube da Mealhada,

gostaria de lhe fazer uma referência, por considerar justa, por toda a dedicação a esta Instituição. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que o Dr. José Vigário deixou a Direcção, para dar lugar aos mais novos, mas continua no Hóquei Clube da Mealhada, como Presidente da Assembleia. -----

5) O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, por discordar de uma situação que não é caso único e que tem a ver com o apoio dado a desportistas do Concelho que se destacam, como por exemplo o campeão mundial de pesca que é da Pampilhosa e que a Câmara Municipal não apoiou financeiramente, só atribuindo uma medalha. Assim, referiu que foi solicitado apoio, por parte duma atleta que esteve presente no campeonato do mundo de Karaté na Finlândia e a Câmara não terá sido sensível ao pedido. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais disse que a atleta é praticante de Karaté no Pampigim. -----

O Senhor Presidente referiu que o Ginásio Pampigim é uma empresa e não uma associação, o que cria dificuldades legais a tal apoio, como o Senhor Vereador compreenderá. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que seria diferente se a atleta fosse à competição em nome individual ou de uma associação. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais voltou a intervir, para dizer que o pai da atleta o contactou, fazendo-se acompanhar duma carta do Pampigim, para solicitar apoio para o transporte da atleta. Informou-o que tinha dúvidas em relação ao apoio por parte da Câmara Municipal, mas que contactasse o Senhor Vereador do Pelouro do Desporto que lhe disse o mesmo, e o pai da jovem entendeu a posição da Câmara Municipal. ---

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que o que está em causa é que a atleta pratica um desporto a nível individual, pois a atleta só utiliza o ginásio para praticar essa modalidade desportiva. Não existe, portanto, qualquer vínculo entre a atleta e a empresa. Pensa que é de reconhecer o mérito de alguém que se destaca, quer no desporto, quer noutra área. -----

O Senhor Vereador António Franco referiu que teve conhecimento das actividades desportivas de duas atletas, e contactou-as pelo telefone, felicitando-as pelas suas participações, e convidou-as a serem recebidas na Câmara Municipal de forma a transmitir o reconhecimento. As atletas agradeceram o cuidado e a atenção que a Câmara Municipal teve para com as mesmas. -----

O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, referindo não concordar com a posição da Câmara Municipal, pois foi-lhe pedido apoio para a deslocação de atletas, que não foi concedido e que depois baste fazer um telefonema e daí “lava as mãos”. –

O Senhor Vereador António Franco disse que a posição da Câmara Municipal não podia ser diferente, nem lava as mãos de coisa nenhuma. -----

6) O Senhor Vereador Breda Marques disse que aquando da apresentação da Carta Educativa, após ter solicitado alguns esclarecimentos, foi dito pelo Senhor Professor Rochete, que seria enviado aos Vereadores o Estudo Preliminar sobre em que condições estavam as escolas, o que ainda não aconteceu. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que o documento final só estará disponível depois da aprovação por parte da DREC e que todos os documentos foram enviados em formato digital aos senhores vereadores. -----

7) O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, referindo que a Senhora Secretária de Estado ao visitar a APPACDM em Casal Comba elogiou a obra. Lamenta que a Câmara Municipal não apoie a obra, pois e segundo as palavras do Senhor Presidente da Direcção da Associação, a Câmara Municipal limitou-se a ceder um terreno pelo prazo de 50 anos e não deu mais nenhum apoio, e da Junta de Freguesia também não têm tido qualquer apoio. Pediram a cedência do Cine-Teatro Messias para a realização de um espectáculo e a Câmara Municipal pediu dinheiro pela cedência. Assim gostaria de saber qual a posição da Câmara Municipal relativamente àquela obra e se há algum motivo porque a Câmara Municipal não apoia. -----

O Senhor Presidente disse que a APPACDM é uma instituição que tem todo o mérito e que a Câmara Municipal não emprestou nenhum terreno, fez isso sim uma cedência do direito de superfície de um terreno pelo prazo de 50 anos, renováveis por iguais períodos, terreno esse adquirido pela Câmara. Não existe nada contra a APPACDM, mas lamenta que o Senhor Presidente da Direcção desta associação, tão preocupado que está com os deficientes, tenha tido uma atitude lamentável e reprovável relativamente à frequência de hipoterapia, pelas crianças autistas da Sala Teach do Luso, em que foi elaborado um protocolo subscrito pela Câmara Municipal, a APPACDM, o Agrupamento de Escolas da Mealhada e a Sala Teach, para a realização desta terapia, e porque o Senhor Presidente da Direcção não gosta de uma das pessoas que em nome de uma instituição subscreveu o protocolo, pura e simplesmente rasgou-o. Mais disse que, comprovadamente o Senhor Presidente da

APPACDM de Anadia fez declarações em que mentiu ao atribuir à Senhora Secretária de Estado, afirmações sobre a Câmara Municipal que ela não proferiu. A Câmara Municipal não apoia financeiramente as IPSS pois estas têm apoio directo da Segurança Social. A APPACDM é necessário dizer-se, que é a única associação de Solidariedade Social no Concelho que não se dignou participar na Rede Social do Município desde que instituído há mais de três anos. Referiu ainda que houve uma iniciativa por parte de familiares de deficientes que colocaram a hipótese de instalar uma filial da APPACDM na Mealhada e o Senhor Presidente da Direcção da APPACDM de Anadia, disse que isso nunca aconteceria, porque jamais permitiria isso. Como vê, disse o Senhor Presidente da Câmara, de facto não podem existir boas relações com o Presidente da Direcção da APPACDM de Anadia. Contudo a instituição merece-nos todo o respeito. Sobre o pedido de cedência do Cine-Teatro pela APPACDM de Anadia, disse garantir que pelo menos neste mandato isso nunca aconteceu, pois nunca foi solicitada qualquer cedência. -----

O Senhor Carlos Marques perguntou se a Câmara Municipal tomou alguma iniciativa sobre o rasgar do protocolo, tendo o Senhor Presidente dito que não houve nenhuma, porque não podia haver, tendo solicitado por escrito o porquê daquela atitude e nunca recebeu resposta escrita. -----

8) O Senhor Vereador Breda Marques perguntou sobre o ponto da situação da Feira de Santa Luzia e o que é que a Câmara Municipal pretende fazer. -----

O Senhor Presidente disse que toda a gente diz que a Câmara Municipal deveria arranjar um terreno para reinstalar a feira, mas a verdade é que todos os espaços envolventes são espaços florestais, da RAN e REN. Na revisão do PDM a Câmara Municipal está a prever um espaço junto à estrada da Ribeira para instalar a feira. Espera que a proposta seja aprovada pelas instâncias superiores. Actualmente nas proximidades, para se alterar o local da feira, só se esta mudar de Concelho, para Coimbra. -----

9) Sobre a questão dos Viveiros Florestais, o Senhor Presidente, disse que continua o diálogo com a Direcção Geral dos Recursos Florestais e que está convicto que provavelmente antes do final do ano, o problema estará resolvido, tendo em conta o interesse que a questão tem merecido pelos órgãos competentes da Administração Central. -----

10) O Senhor Presidente disse ainda, concordar e subscrever a opinião sobre o mérito da acção do Dr. José Vigário à frente do Hóquei Clube da Mealhada, associação a quem nunca faltou todo o apoio financeiro e de infraestruturas da Câmara Municipal. --

11) O Senhor Vereador João Pires referiu que alguns munícipes reclamam sobre a falta de limpeza na Praça do Choupal, referindo até que o lixo é retirado dos contentores, mas que os sacos ficam depositados nos mesmos. Sobre o trânsito na Póvoa, conversou com os moradores da zona e que os mesmos continuam descontentes com as posturas camarárias sobre o trânsito. Assim propõe que a Póvoa fique só com o trânsito local e que se construa uma circular, do cemitério até à rotunda do Leitão. -----

O Senhor Vereador António Franco informou que essa circular está prevista na proposta de revisão do P.D.M., que irá desde o cemitério até à Rua das Padeiras. -----

Em relação à afirmação do Senhor Vereador Calhoa, e pede desculpa se foram induzidos em erro, quanto à nomeação como Vereador a Tempo Inteiro. Consultou as actas das reuniões anteriores e segundo os Despachos do Senhor Presidente, houve a nomeação da Dr.^a Filomena como Vereadora em Permanência, depois o Vereador Franco. Já existiam dois vereadores em permanência e depois foi nomeado o Senhor Vereador Calhoa a meio tempo. Votaram pensando que com a Dr.^a Filomena seriam dois vereadores em permanência e não por desconhecimento da lei. -----

O Senhor Presidente referiu que as propostas foram escritas referindo a legislação aplicável, pelo que não entende tal eventual equívoco. -----

12) O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que desde Novembro até hoje, tem trazido uma questão e que hoje mais uma vez a coloca, que é a questão do Campo de Golfe da Pampilhosa, pois o Senhor Presidente tem afirmado que terá enviado o Plano de Pormenor à Associação dos Proprietários dos terrenos. -----

O Senhor Presidente disse que não foi o Plano de Pormenor que enviou, porque este não existe pois ainda não foi concluído. O que enviou foi apenas o projecto em planta e o que foi enviado à associação não foi uma fotocópia, mas uma planta de implantação do campo a cores e de grandes dimensões, superior a A3. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir, para lembrar que, há mais de oito meses solicitou que fosse agendada uma reunião com a associação, o que não aconteceu. Referiu ainda, ter conhecimento que, por ofício, a Associação alegadamente terá solicitado uma reunião ao Executivo Municipal. -----

O Senhor Presidente disse que, para se realizar uma reunião com alguém tem que se ter alguma coisa de novo para se apresentar, não se justificando nova reunião quando não existe nada de novo. Disse que no entanto, neste mandato, já reuniu com o Senhor Presidente da Direcção e com membros da associação, e já esclareceu outros munícipes que se lhe dirigiram. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques perguntou porque razão não estiveram presentes os Vereadores da oposição, tendo o Senhor Presidente dito que não estiveram presentes quaisquer vereadores, mas apenas o Presidente, pois as pessoas pediram para serem recebidas pelo Presidente da Câmara e este não vai estar manietado ou sujeito a ter de chamar todo o Executivo sempre que trata qualquer questão. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques perguntou se é verdade que a associação tenha sido ouvida e concordado com a fundamentação do pedido de declaração de utilidade turística, tendo o Senhor Presidente respondido que não nem tinha que ser. -----

13) O Senhor Vereador Carlos Marques disse achar importante que o Gabinete se desloque às Freguesias, para com os Presidentes das Juntas, se aperceberem melhor da realidade local. No entanto, disse parecer-lhe que, esta acção ou iniciativa do Gabinete, não tenha sido bem entendida pelos Presidentes das Juntas, pois houve transmissão de informação precoce e privilegiada por alguns munícipes, que não lhe parece correcta. -----

O Senhor Presidente esclareceu, que o P.D.M. não está ainda em período de auscultação pública, o que teve lugar foi o contacto dos Técnicos do Gabinete e dos Técnicos Municipais com os locais onde existiriam questões a analisar nas freguesias.

14) O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir, para dizer que não achou correcto que os Vereadores do P.S.D. não tivessem sido convidados aquando da visita do Senhor Secretário de Estado ao Cine-Teatro da Pampilhosa. -----

O Senhor Presidente disse que foi uma visita programada à última hora, após dois ou três adiamentos, e pediu desculpa pelo facto, no entanto acrescentou que no anterior Governo, alguns membros desse Governo, vieram ao Concelho sem comunicarem o facto ao Presidente da Câmara Municipal, mas que nada tem a ver com tal facto. -----

15) O Senhor Vereador Calhoa Morais, disse que em deslocação no âmbito da revisão do P.D.M., foi ao local onde irá ser construído o Campo de Golfe, e de facto deviam colocar no local uma placa “construam-me”, para obviar ao abandono a que está votado o local. -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 16), após se ter procedido à sua leitura. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos. -----

2. ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE AVEIRO. -----

A Câmara Municipal tomou do Diploma que confere à Câmara Municipal de Mealhada a distinção de Membro Honorário, atribuído pela Associação de Atletismo de Aveiro. ---

O Senhor Vereador António Franco referiu que esta distinção foi entregue em Aveiro como agradecimento pela cedência de infraestruturas e apoio logístico que a Câmara Municipal tem dado para a prática do atletismo. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que os Vereadores estão satisfeitos por este reconhecimento. Referiu ainda, que seria interessante fazer algumas diligências, para que no Concelho se promova a prática do atletismo, formando-se uma equipa. Tendo o Senhor Vereador António Franco dito que já se está a trabalhar nesse sentido. -----

O Senhor Vereador João Pires perguntou se os contactos foram feitos com algum clube independente. -----

O Senhor Vereador António Franco respondeu que já se contactaram alguns clubes e pessoas ligados ao desporto, para esse fim. -----

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - REQUERIMENTO. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do requerimento apresentado à Assembleia da República, pelo Senhor Deputado Miguel Almeida, sobre a Plataforma Empresarial e Logística da Figueira da Foz.-----

O Senhor Vereador Carlos Marques, referiu que o requerimento apresentado vem dar razão às preocupações que os Vereadores do P.S.D. têm vindo a demonstrar nas reuniões. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse que o mais importante será a resposta ao requerimento e espera que seja dado conhecimento da mesma. -----

O Senhor Presidente referiu que se a resposta for enviada será dado conhecimento. --

4. ESTATUTO DO MECENATO – PROPOSTA DOS SENHORES VEREADORES DO P.S.D. -----

A Câmara Municipal analisou a proposta apresentada pelos Senhor Vereadores do P.S.D., que a seguir se transcreve: -----

-----**PROPOSTA**-----

Considerando que: -----

i) todas as empresas e organismos públicos procedem à renovação periódica do seu equipamento informático, mantendo-se o equipamento substituído em excelentes condições para potenciais utilizadores não profissionais; -----

ii) tais empresas e organismos públicos se deparam com a dificuldade de extrair qualquer benefício económico dos equipamentos substituídos e, por vezes, têm que suportar os custos ambientais do abate/armazenamento dos mesmos; -----

iii) existe um vasto conjunto de colectividades, instituições de solidariedade e até, de famílias carenciadas que poderia beneficiar do acesso às novas tecnologias de informação e aproveitar os equipamentos substituídos para a sua utilização corrente; -----

iv) o Estado português introduziu no Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-lei n.º 74/99, de 16 de Março, um novo artigo referente ao Mecenato para a Sociedade de Informação e amortização antecipada de equipamento informático, consagrado pelo artigo 10º da Lei 30G/2000, de 29 de Dezembro; -----

v) esta disposição legal prevê um tratamento fiscal favorável das doações de material informático a certo tipo de entidades, quer pelas empresas (IRC), quer por particulares (IRS), e estabelece um regime de amortização antecipada deste tipo de equipamento quando doado a essas mesmas entidades; -----

vi) o Decreto-Lei nº 153/2001, de 7 de Maio, veio, em particular, criar condições para facilitar a alienação a título gratuito de equipamento informático pelo Estado, enquadrando essa situação e aligeirando procedimentos resultantes da lei geral; -----

vii) a ampliação das vantagens sociais da adesão a este tipo de Mecenato, beneficiam da criação de uma estrutura de intermediação profissional entre doadores e beneficiários; -----

Submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Mealhada, a presente proposta, através do qual a C.M.M. se assumirá como plataforma dinâmica de interligação entre potenciais doares e os beneficiários deste tipo de Mecenato. -----

Para dar sequência a esta iniciativa, a Câmara Municipal de Mealhada deverá: -----

i) disponibilizar funcionários administrativos que estabeleçam o contrato com potenciais entidades doadoras e eventuais beneficiários; -----

ii) disponibilizar técnicos informáticos que assegurem a recuperação/limpeza do material informático recebido e a sua configuração para os novos utilizadores; -----

iii) designar o responsável pela gestão da equipa, pela elaboração de um Plano de Acção e pela apresentação de relatórios de progresso e de actividades; -----

iv) procurar angariar o apoio de órgãos de comunicação social locais para garantir a máxima divulgação e a adesão a esta iniciativa; -----

v) gerir a Base de Dados de potenciais doadores, com a identificação das Entidades e dos equipamentos disponíveis e, bem assim, da lista de colectividades interessadas na recepção dos equipamentos; -----

vi) assegurar o contacto entre doadores e beneficiários, colaborando no transporte e reinstalação dos equipamentos nos destinatários e na obtenção de apoios para o licenciamento, quando necessário, do software que vier a ser instalado nos mesmos; -----

vii) disponibilizar assistência técnica às entidades beneficiárias por um período de dois anos, posterior à doação do equipamento informático em questão; -----

Mealhada, 23 de Junho de 2006 -----

P'los Vereadores da Câmara Municipal de Mealhada -----

Gonçalo Breda Marques -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que a proposta apresentada tem a ver com a preocupação que lhe tem sido feito chegar, sobretudo por parte dos empresários, principalmente quando há renovação dos sistemas informáticos pois ficam sem saber o que fazer ao material que deixam de utilizar. Esse material já não servirá para as empresas mas poderá ser útil às pessoas que estão a dar os primeiros passos na informática, bem como pessoas carenciadas que não tenham hipóteses de adquirir material informático e estejam interessadas em receber este tipo de equipamento. Assim, espera que a Câmara Municipal sirva de plataforma, nesse sentido. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais disse achar a proposta interessante, pois quando esteve numa I.P.S.S., tentou várias vezes implementar esse tipo de utilização de equipamento. No entanto, coloca em causa o Estatuto do Mecenato, que na teoria é bom, mas na prática a sua aplicação não é fácil, na sua vertente legal e fiscal, porque a doação do material vai sofrer majoração, porque ninguém vai querer um papel a dizer que deu um computador velho e quase sem utilidade para quem dá, e que deve ter em conta, que com a evolução dos equipamentos informáticos, os que serão entregues às pessoas rapidamente estarão obsoletos. Acrescentou, achar complicado para a Câmara Municipal assumir essa responsabilidade, mas uma Associação seria uma parceira adequada para esta iniciativa. -----

A Senhora Vice-Presidente disse achar que na prática o que é proposto não funcionará, nem legal nem funcionalmente. Acrescentou que, não se pode esquecer a responsabilidade da Autarquia, nos termos legais e fiscais, bem como as limitações orçamentais. Compromete a Câmara Municipal na transformação de equipamento velho e obsoleto em material operacional, o que é uma grande responsabilidade e provoca mais problemas que soluções. Disse ainda que a Câmara Municipal pode

servir de interlocutor entre doadores e beneficiários, mas não assumir a responsabilidade da garantia e de manutenção do software. -----

O Senhor Vereador António Franco disse que a proposta não é viável, uma vez que as empresas só darão o hardware, depois para que os computadores funcionem terá que se adquirir o software o que causará encargos elevados para as pessoas que recebem o equipamento, e que fica quase mais caro do que um equipamento novo. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse que, pelas palavras dos senhores vereadores, se a ideia é boa há que aproveitá-la, ainda que seja de difícil implementação. -----

O Senhor Vereador João Pires disse que, e como Presidente da Direcção do Jardim de Infância de Sant'Ana, recebeu duma instituição bancária alguns computadores e que são utilizados pelas crianças, pelo que pessoalmente concorda com o teor da proposta e que independentemente dos custos a Câmara Municipal deverá assumir. –

A Senhora Vice-Presidente questionou o Senhor Vereador sobre a responsabilidade da manutenção do equipamento. -----

O Senhor Presidente disse que a Câmara Municipal pode servir de interlocutor, através dos Serviços Sociais, entre a empresa e o interessado, mas que não seja a entidade receptora e distribuidora do equipamento, porque isso tem constrangimentos legais, que dificilmente serão ultrapassáveis, nomeadamente na valorização dos equipamentos que tendo já sido amortizados, teriam de ser objecto de reavaliação com passagem de declarações para efeitos fiscais das empresas, o que como Presidente da Câmara se recusaria sempre a assinar, pois uma coisa é oferecer sem contrapartida aos carenciados, outra é para obter benefícios fiscais através de sucata informática. -----

O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, referindo que se não for assim, não se conseguirão atingir os objectivos da proposta. -----

A Senhora Vice-Presidente disse concordar que os Serviços Sociais, façam o levantamento de situação de pessoas carenciadas e que posteriormente as empresas entreguem o material, nas associações e / ou na A.CI.M. e que estas façam a ponte. Mas não concorda que a Câmara Municipal seja a base da plataforma, porque isso será trazer um ónus e responsabilização no processo, ou seja, satisfazer as empresas de benefícios fiscais, reparar o equipamento, depois entregar às pessoas. Disse ainda que como objectivo social, aquele que quer dá e aquele que quer receber recebe. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que, não vai haver receptividade por parte das empresas se funcionar nos moldes propostos pela Senhora Vice-Presidente. -----

O Senhor Presidente disse que o princípio subjacente à proposta é louvável, mas o “modus operandi” implícito à mesma é que é questionável, pois cria responsabilidades à Câmara Municipal que esta não deve nem pode assumir, tendo sugerido que a proposta fosse reformulada, o que foi recusado. -----

A proposta foi posta à votação, tendo votado a favor os Senhores Vereadores Breda Marques, João Pires e Carlos Marques e votado contra o Senhor Presidente, a Senhora Vice-Presidente e os Senhores Vereadores Calhoa Morais e António Franco. *A proposta foi rejeitada por maioria.* -----

5. COMPRA E VENDA DE TERRENOS – INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da celebração das escrituras de compra e venda dos terrenos, que a seguir se indicam: -----

- Em 09/06/2006, de aquisição de uma parcela de terreno com 120 m², para as obras de Arruamento no Alto de Santo António, em Pampilhosa, de um prédio inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Pampilhosa, sob o n.º 125, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mealhada sob o n.º 875, propriedade de Augusto Pinto Rodrigues, residente na Freguesia de Pampilhosa, pelo valor de 1.200,00 €; -----

- Em 09/06/2006, de aquisição de um terreno com 55 m², para as obras de Arruamento no Alto de Santo António, em Pampilhosa, de um prédio inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Pampilhosa, sob o n.º 108, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mealhada, sob o n.º 3246, propriedade de Merciano Mano Soares e mulher, residentes na Freguesia de Pampilhosa, pelo valor de 137,50 €; -----

6. ESCOLAS EM MOVIMENTO - INFORMAÇÃO. -----

Após análise da informação do técnico das piscinas municipais de Mealhada, sobre aulas de natação no âmbito do programa mencionado em epígrafe, durante o mês de Maio de 2006, a *Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir ao Agrupamento de Escolas de Mealhada, os subsídios de 2.214,00€ e de 733,50€, referente às Escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância, respectivamente.* -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

7. CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DA ANTES – TRABALHOS A MAIS - INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho do Senhor Presidente, exarado em 8/06/2006, que aprovou a realização de trabalhos a mais na obra de Construção do Jardim de Infância da Antes, no valor de 22.128,08€, acrescido do I.V.A. à taxa legal em vigor, nos termos da informação da Senhora Eng.^a Gracinda Ferreira, datada de 31/05/2006. -----

8. INFRAESTRUTURAS DA ZONA INDUSTRIAL DA BAIRRADA / PEDRULHA (1ª FASE) - INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais - execução de dreno longitudinal, a realizar no âmbito da empreitada mencionada em epígrafe, no valor de 1.695,40€ acrescido do I.V.A. à taxa legal em vigor, nos termos da informação do Senhor Fiscal da Obra, de 05/06/2006. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

9. EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO, REFORÇO E CORREÇÃO DE TRAÇADO DA ESTRADA BARCOUÇO / RIO CÔVO / MALA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a pedido de prorrogação de prazo da obra mencionada em epígrafe, pelo prazo de 45 dias, a título gracioso, nos termos da informação do Senhor Chefe da Divisão de Obras Municipais, de 07/06/2006. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

5. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos por despachos do Senhor Vereador Calhoa Morais proferidos de 08 a 28 de Junho de 2006, no exercício das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara no Despacho n.º 09/2006, de 20 de Março de 2006. -----

PROCESSO DE OBRAS N.º 13/2006 – ERNESTO FREITAS DIAS. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, no que respeita ao alinhamento, confirmar a deliberação tomada na reunião de 23 de Junho de 2005. Mais deliberou, a Câmara Municipal, por unanimidade, aceitar o desenho e perfil proposto pelos Serviços da D.G.U., para a frente do prédio, bem como notificar o requerente para

proceder à reformulação do projecto de arquitectura, de acordo com o previsto na Informação Técnica de 02/06/2006. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

PROCESSO DE OBRAS N.º 842/2002 – JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA MARTA. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dispensar o requerente da obrigação de criação de 3 lugares de estacionamento, nos termos da Informação Técnica n.º 4, de 16/07/2006, dado que a pretensão se localiza em núcleo antigo, de acordo com a Informação Técnica n.º 2, de 15/10/1999. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

PROCESSO DE OBRAS N.º 246/1994 – ALBANO MARIA DA CRUZ. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho de 20/05/2005, de aprovação da Licença Especial, nos termos do disposto n.º 3, do artigo 137º, do C.P.A. e com efeitos retroactivos, conforme estabelece o n.º 4 do citado artigo. -----

----- E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 17 horas e 50 minutos. Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____, Cristina Maria Simões Olívia, secretária das reuniões da Câmara Municipal, nomeada por Despacho n.º 35/2005, de 24/10/2005, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----
